A SEDE DO CAPITAL

GRILAGEM DAS TERRAS E ÁGUAS NO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE

A SEDE DO CAPITAL

GRILAGEM DAS TERRAS E ÁGUAS
NO TERRITÓRIO DA BACIA DO
RIO CORRENTE

Criação e Elaboração

Andréia da Silva Neiva

Orientação

Silvana Lúcia da Silva Lima

Capa

Arpillera: Privatização das águas na natureza do Coletivo de Mulheres do MAB, Correntina, BA, julho de 2017.

Imagens/ Fotografias

Acervo do MAB
Andréia Neiva
Cleidson Neiva
Cleidiane Barreto
Maria Gorete Neiva
Leandro Caetano
Temoteo Gomes
Imagens da Internet

Diagramação

zoltar design – *zoltardesign.com.br*

Sumário

APRESENTAÇÃO p.8

1 INTRODUÇÃO p.10

2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE p.12

A história, 13

As terras, 13

As cidades, 16

O povo, 18

A produção, 19

3 A GEOPOLÍTICA DA ÁGUA p.22

Água como bem comum, 23

Água como mercadoria, 24

Discurso da escassez, 25

Flexibilização das leis, 26

O que o oeste da Bahia tem a ver com essa história?, 27

4 GRILAGEM DAS ÁGUAS PELO AGRONEGÓCIO NA BACIA DO RIO CORRENTE p.30

Conflitos , 32

As outorgas, 33

O que diz o povo?, 34

Negligência do estado?, 34

5 O CONFLITO: CAMPONÊS VS. AGRONEGÓCIO – O CASO IGARASHI p.36

O fato, 37

As consequências, 38

Ação do povo, 39

Proposta do governo estadual, 40

6 O QUE PODEMOS APRENDER COM ESSA EXPERIÊNCIA? p.42

7 SUGESTÕES DE VÍDEOS p.44

APRESENTAÇÃO

As disputas em torno da apropriação da água se acirram no mundo todo. No oeste da Bahia, região rica em água, não é diferente. Muitos são os conflitos com relação às terras e às águas, conflitos esses que precisam ser registrados e discutidos a partir da visão dos ribeirinhos, que são os que mais sofrem as consequências da devastação e da superexploração das águas pelas grandes empresas.

Assim, tendo em vista a necessidade de produção escrita e debate sobre essa temática sob o olhar de quem é atingido, nasce esta cartilha como um dos produtos da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A cartilha traz questões que suscitam a reflexão no decorrer de todo o texto, estimulando o pensamento e a ação coletiva sobre diversos problemas que ocorrem na região. Dessa forma, é organizada em seis partes, contando com uma breve introdução. No segundo tópico, traz aspectos históricos e geográficos da região; no terceiro, apresenta argumentos sobre geopolítica da água; no quarto, aborda questões sobre o que denominamos de grilagem das águas; no quinto, traz o conflito entre agronegócio e camponeses ocorrido à beira do rio Arrojado, retratando o caso Igarashi; e, por último, algumas reflexões/afirmações aprendidas com a experiência.

É um material para estar em muitas mãos! A sugestão é que os grupos discutam as questões e tentem achar respostas e saídas coletivas para os problemas apresentados.

Chamem seus familiares, vizinhos, amigos, grupo, comunidade! Façam a leitura juntos(as)! Pois esta cartilha foi elaborada para ser estudada coletivamente!

Façam bom uso deste material de estudo! Boa leitura!

1 INTRODUÇÃO

A água é essencial à vida no planeta terra. É elemento vital ao ser humano e a todas as outras formas de vida existentes ao longo da história da humanidade. Todos os processos produtivos desenvolvidos dependeram desse bem natural.

Na sociedade capitalista não é diferente. Pelo contrário: essa forma de organização social aprofunda a exploração dessa base natural, trazendo consequências drásticas que afetam diretamente a continuidade da vida no planeta, pois as intervenções humanas alteram o ciclo de reposição desse bem, em qualidade e quantidade necessária à sobrevivência humana, animal e vegetal, o que causa, inclusive, mortes de muitas fontes naturais de água.

Os impactos das medidas capitalistas para se apropriar dessa base natural têm consequências diretas na vida das pessoas e atingem, de forma distinta, as populações que vivem no campo e nas áreas urbanas. As reflexões a seguir tratam, sobretudo, dos processos exploratórios que ocorrem no campo, e fazem um recorte sobre a situação em parte do território da bacia do rio Corrente.

2 A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DA BACIA DO RIO CORRENTE

A história

A ocupação da região oeste da Bahia[1] aconteceu paralelamente à ocupação do Brasil, a partir da chegada dos portugueses, em 1500. Mas se deu de forma lenta e gradual; não acompanhou as transformações ocorridas em outras regiões do Brasil, como no litoral, influenciado pelas mudanças mundiais na política, na economia etc. Até o ano de 1827, a região oeste não pertencia à Bahia. Toda a margem esquerda do rio São Francisco pertencia à província de Pernambuco, que perdeu parte do seu território por retaliação da Coroa Portuguesa em razão da revolta conhecida como Confederação do Equador. Por essas questões históricas, a região ficou conhecida como Região do Além São Francisco e nunca recebeu a devida atenção dos governos. Por longos anos, ficou isolada, considerando as ações desenvolvidas no restante do estado.

As terras

Com uma área estimada em 183 mil km², desde o início da colonização, essas terras foram destinadas às grandes propriedades que se estendiam por toda a região. Os latifúndios e as fazendas surgiram a partir das Sesmarias das famílias Guedes de Brito e Garcia D´Ávila. O movimento de interiorização/ocupação seguiu o curso dos rios da região que, além de abrigarem as Vilas que se formavam, tornaram-se rotas para escoamento das mercadorias produzidas. Devido às definições políticas que foram sendo tomadas, a região teve a presença forte de coronéis que dominavam as terras e a

1 Região oeste da Bahia, aqui compreendida como toda a margem esquerda do rio São Francisco, que engloba 35 municípios baianos, considerando desde Carinhanha, que faz limites com Minas Gerais, até Juazeiro, que faz limites com Pernambuco.

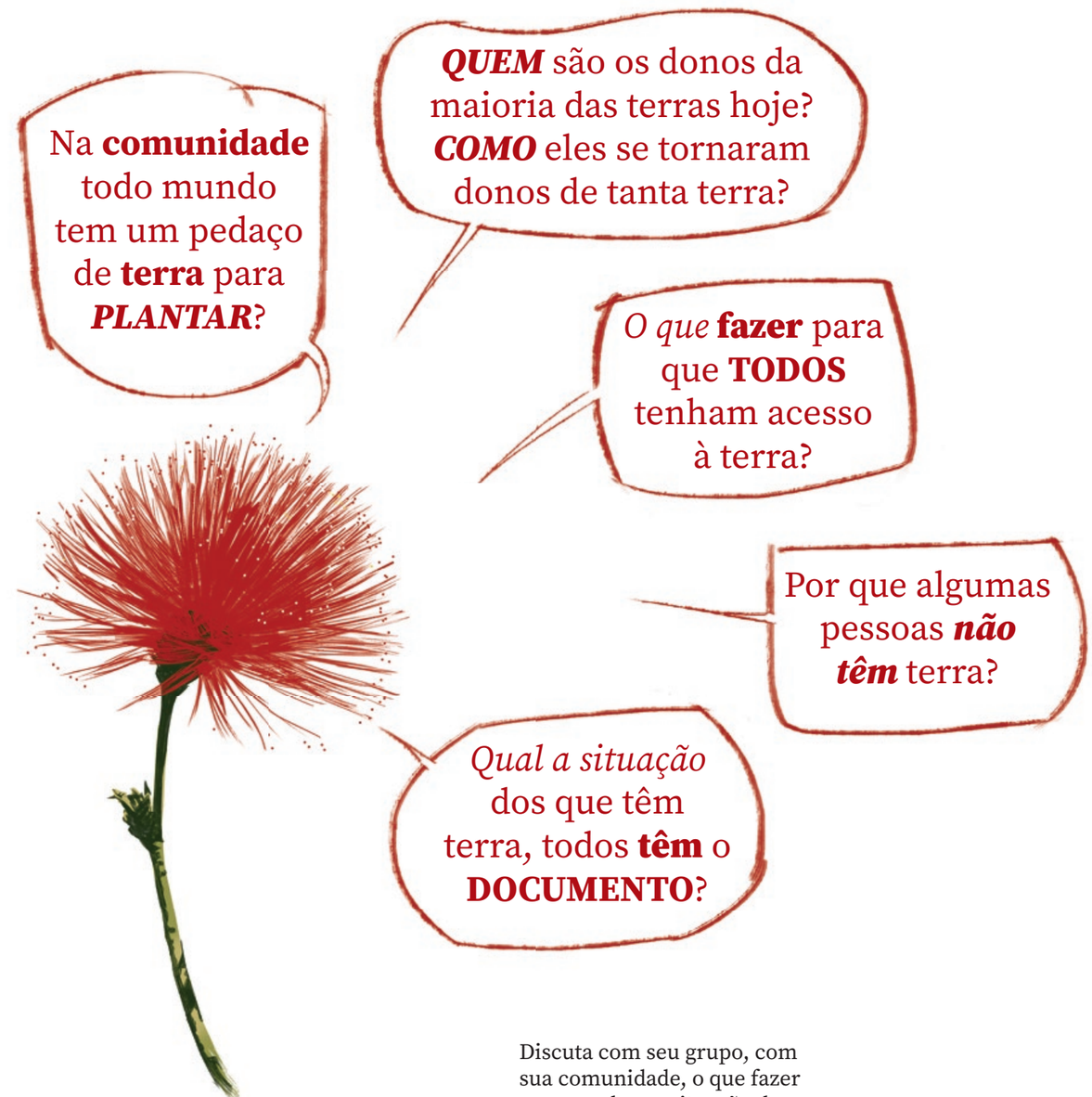
política da região, sendo eles mesmos a lei, a ordem, os gestores... por muito tempo. Alguns resquícios dessa forma organizativa perduram até hoje. Isso ocasionou a concentração de terras nas mãos de poucos, e grande contingente de pessoas sem acesso à propriedade da terra. Por causa dessa situação, ainda há muitos casos de grilagem de terras.

As terras que estão sob a posse dos trabalhadores, sejam elas áreas coletivas e/ou individuais, foram ou estão sendo roubadas por meio da grilagem que ocorre na região, como já constatado pelo governo do estado no ano de 2011. A Ação Discriminatória Administrativa Rural afirmou que no caso da matrícula 2.280, registrada em 1945, foram gerados inúmeros dos diversos registros atuais de terra.

Do total de área, registrada pelos órgãos oficiais só em Correntina, 73,94% estão na mão de 409 proprietários (terras roubadas estão dentro desse total), enquanto a cidade tem mais de 31 mil habitantes e mais de 18 mil pessoas morando no campo. Assim, confirma-se que a maioria é sem-terra, não tem acesso a área para plantar, trabalhar... mesmo tendo sua origem/ascendência na região.

A grilagem vem recheada de violência contra os pequenos agricultores e suas lideranças. Nas décadas de 1970 e 1980 foram, no mínimo, oito pessoas assassinadas na bacia do rio Corrente simplesmente por serem defensoras dos direitos humanos; morreram por lutarem e se organizarem em defesa das terras e das águas. Para manter o controle sobre esses territórios, o latifúndio, que, na época dos coronéis se valia de jagunços, hoje lança mão da "segurança privada", conhecida pelo povo da região como pistoleiros, que aterrorizam os povos e as comunidades tradicionais que resistem à grilagem do agronegócio[2].

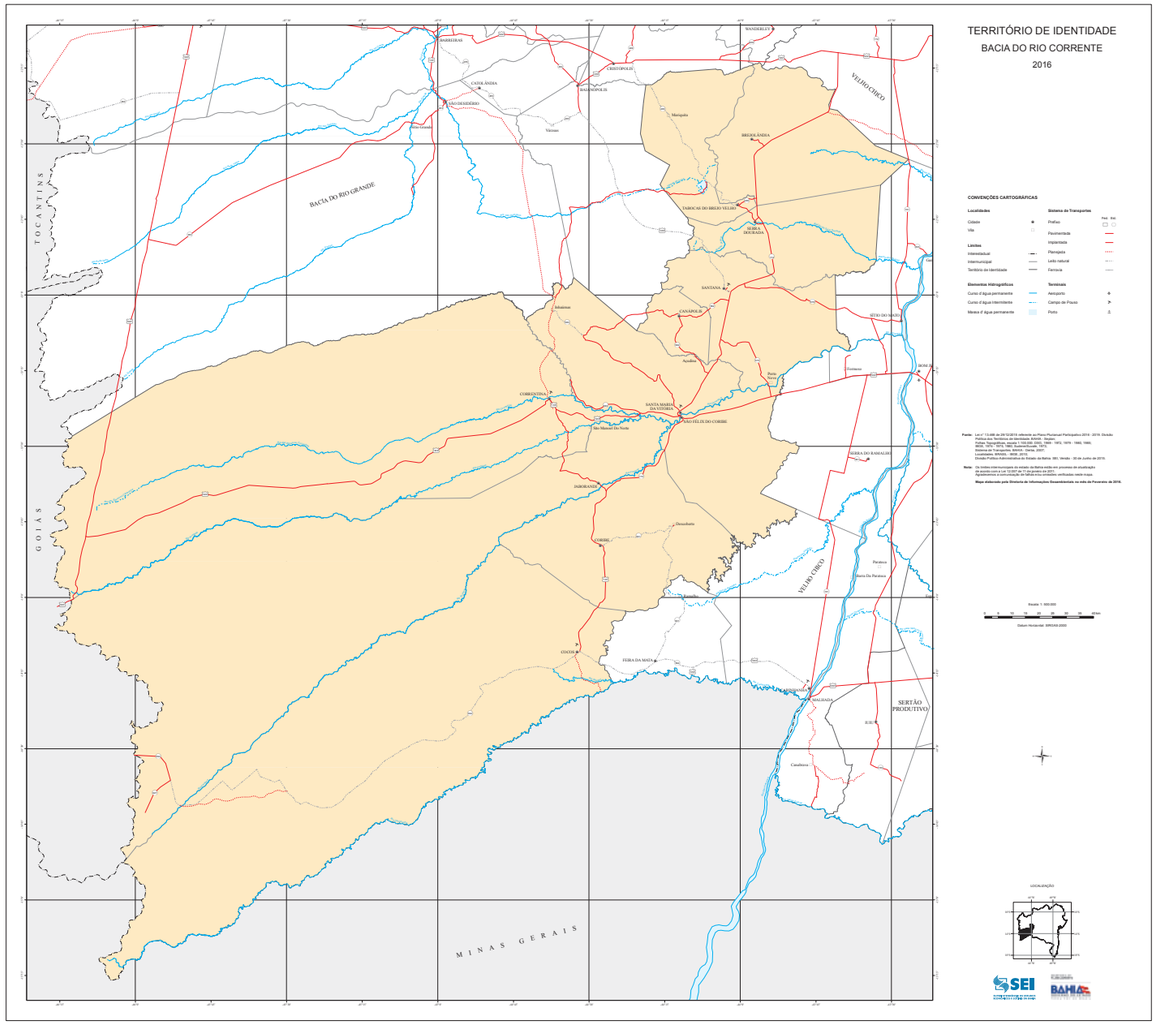
2 Abaixo, três notícias sobre prisões de pistoleiros na região oeste:
1. Posseiros prendem capangas de grileiros de terras em Correntina no oeste da Bahia. Barreiras notícias, 3 abr. 2012. Disponível em: http://www.barreirasnoticias.com. Acesso em: 20 maio 2017.
2. Trabalhadores prendem pistoleiros em Correntina, Bahia. Disponível em: http://www.barreirasnoticias.com. Acesso em: 20 maio 2017.
3. Em Correntina, três seguranças são presos em área de conflito de terra. Leia Mais, 17 jul. 2012. Disponível em: http://leiamais.ba Acesso em: 20 maio. 2017.



Discuta com seu grupo, com sua comunidade, o que fazer para resolver a situação da concentração de terra na região.

As cidades

Os primeiros núcleos e povoações se deram em torno dos currais. Eram pontos econômicos importantes e existiam vários. Há indicativos de que as primeiras povoações são datadas do século XVII. Contudo, as primeiras vilas registradas, ainda com a região pertencendo à Província de Pernambuco, foram Barra, em 1752, e Pilão Arcado, em 1810. A partir do território dessas duas vilas é que surgiram as demais cidades do oeste da Bahia. Sob a jurisdição da província baiana, a primeira vila criada foi Carinhanha, em 1832. Foi a partir dessa vila que surgiram todas as outras vilas/cidades da bacia do rio Corrente, a exemplo de Correntina, em 1866, Santa Maria da Vitória, em 1880, e Santana, em 1890.


TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
BACIA DO RIO CORRENTE
2016
TOCANTINS
GOIÁS
MINAS GERAIS
BACIA DO RIO GRANDE
VELHO CHICO
SERTÃO PRODUTIVO
BARREIRAS
CAPÃO ALTO
CORDEIRO
BRUMADO
MANOEL VITORINO
CONDEÚBA
BOM JESUS DA SERRA
TANHAÇU
CANDIBA
ANDARAI
MACAÚBAS
SANTANA
GUANAMBI
CARINHANHA
SANTA MARIA DA VITÓRIA
SÃO FÉLIX DO CORRIBE
SÃO DOMINGOS
MORPARÁ
CORRIBE
COCOS
FEIRA DA MATA
BARRA DO MENDES
ROMAIRA
PARATINGA
CANÁPOLIS
CONCEIÇÃO DA VITÓRIA
SÃO DESIDÉRIO
BARREIRAS
CORRENTINA
JUSCELINO KUBITSCHEK
CRISÓPOLIS
BARRA DO MENDES
CANÁPOLIS
CONCEIÇÃO DA VITÓRIA
SÃO DESIDÉRIO

O povo

A população dessa região é miscigenada, com origem indígena, negra e branca. Com referência à população da bacia do rio Corrente, com um total de 200.819 habitantes, conforme o Censo de 2010, 53,5% moram na zona rural. A presença de camponeses/agricultores familiares é grande, se comparado a outras áreas do país.

Durante os anos da ocupação, houve muita resistência e luta no território; muitas revoltas que ocasionaram a criação de quilombos e a morte de muitos povos originários. Percebe-se fortes traços negros e indígenas na fisionomia e na cultura do povo. A mistura de religiosidade, fé, cultura e costumes se traduz em características bem particulares do povo do Cerrado baiano. Os indivíduos dessa região são, em sua maioria, populações tradicionais ribeirinhas e de fecho de pasto que têm forte tradição de luta e resistência na defesa dos seus direitos e do meio ambiente.

A produção

Conforme os registros, ao longo de mais de 300 anos, a economia foi desenvolvida em diversos tipos de atividades, como mineração, agropecuária... A predominância sempre foi a produção a partir do trabalho na agricultura, seja na criação de animais ou na produção de produtos de base primária. A maioria da população vive no campo, com forte produção camponesa destinada, sobretudo, à subsistência das famílias.

É fato que há um desnível, uma injustiça entre os incentivos e as políticas para produção do agronegócio e para agricultura familiar. Hoje, há incentivos, de toda a forma, para a produção em larga escala, produção para exportação que visa ao mercado externo. Para os grandes são destinados muitos(as) recursos, tecnologias, financiamentos, enquanto os pequenos produtores são negligenciados em todos os aspectos e sobrevivem com grandes dificuldades. Mas, apesar de serem excluídos das políticas públicas, o povo camponês da região continua a produzir, a resistir.

O que sua ***família***, seu ***grupo***, sua ***comunidade*** produzem?

Sua família já acessou a alguma **POLÍTICA PÚBLICA** para produzir? Já recebeu algum **incentivo, financiamento público**?

A comida que sua família consome é produzida *onde***?**

De onde vêm as sementes para **plantar**? ***Quem*** guarda as sementes? **POR QUE** é importante guardar as sementes?

Vocês usam **venenos** para produzir?

3 A GEOPOLÍTICA DA ÁGUA

Para entender o que acontece no avanço e na tentativa de apropriação das águas, no oeste da Bahia, é preciso entender a movimentação do capitalismo mundial na apropriação privada dessa base natural essencial à sobrevivência de todas as espécies do planeta terra. Tudo o que acontece aqui no oeste da Bahia tem relação direta com o que ocorre no restante do mundo; não são questões específicas, isoladas desta região. Se a análise partir da compreensão de que são problemas de cunho unicamente regionais, as ações estão condenadas ao fracasso, mais cedo ou mais tarde, porque o inimigo é grande e global.

A mercantilização das águas é uma proposta a ser concretizada no mundo. Há um embate, uma luta explícita ou velada sobre a concepção de uso e apropriação dessa base natural. De um lado, quem a compreende como mais uma mercadoria para reprodução e acumulação de riqueza que vai para a mão de poucas pessoas. De outro lado, quem a compreende como bem comum e que não pode ser precificada, mercantilizada, nem pode ser propriedade privada.

Água como bem comum

A água é elemento vital, essencial à sobrevivência humana e de todas as espécies animais e vegetais. É um conceito vivo, em construção por diversos atores sociais populares, compreendida como: direito universal; bem público; não tem preço; não pode ser precificada; direito humano. Carrega um significado político, delimita a luta de classe e se contrapõe à mercantilização, à precificação dessa base natural. Por isso, deve estar sob controle dos povos nos seus distintos territórios visando à continuidade da vida destas e das futuras gerações.

Água como mercadoria

Os que desejam ser donos da água e torná-la mercadoria a ser vendida como qualquer outra coisa construíram um caminho longo e detalhado. Aos poucos, tentam convencer a opinião pública, principalmente com o discurso da escassez; pelo convencimento midiático, por meio das propagandas, fazem as pessoas acreditar que a água deve ser comprada, deve ter preço para ser preservada, e que o Estado é irresponsável, ineficiente; dizem que os únicos que conseguirão preservar as fontes existentes de água são as empresas capitalistas e que a elas devem ser atribuídas as fontes e distribuidoras de águas, pois as empresas e a gestão privadas são eficientes e responsáveis. Assim mudam as leis para garantir a apropriação e a mercantilização das águas, criando um mercado de águas, atribuindo um valor econômico ao líquido, para além das taxas de serviço que a população já se habituou a pagar.

ÁGUA deve ter ***DONO***? Se privatizar as fontes naturais de água, as empresas vão pensar no povo ***POBRE*** que estiver com ***SEDE***?

O **dinheiro** que for arrecadado com a venda da água vai beneficiar ***quem***?

Está certo *pagar dinheiro* para empresas para termos **DIREITO** a tomar banho de rio?

Discurso da escassez

O discurso da escassez também foi construído aos poucos ao longo dos anos, tendo como principal porta-voz a Organização das Nações Unidas (ONU). No ano de 1992, a partir da Declaração Universal do Direito das Águas, estabeleceu-se o debate de que a água é/está escassa e é dotada de valor econômico. A ONU fez diversas declarações, orientações a seus países signatários sobre esse aspecto. Daí em diante, muitas foram as movimentações das corporações internacionais para se apropriarem das águas com amplas campanhas nas grandes mídias que falam da escassez.

Mas a ONU não discute para quem e por que a água é escassa, muito menos traz a reflexão das reais intenções por trás da ideia de água escassa e dotada de valor econômico. Todo o discurso é construído para convencer a opinião pública de que a água está acabando, de que o Estado/setor público é ineficiente. Prega que a única saída para que se preservem as fontes restantes é cobrar pela água e passar o controle desta para as empresas privadas e/ou as empresas responsáveis pelo abastecimento de água, que são as únicas a gerir bem e com responsabilidade as reservas de água.

No mundo hoje **falta água** para ***quem***? ***Quem*** passa sede? ***Quem*** não tem acesso à água para produzir?

Quem **CONTROLA** nossa água? Por que *falta água* para certas populações? O que podemos fazer concretamente para ***MUDAR*** a situação?

Quem é que recebe licença para irrigar suas plantações *o ano todo*? Quem tem acesso às águas dos rios e aquíferos *o ano todo*?

Essas são algumas das perguntas que temos de nos fazer ao discutir o tema da água como escassa.

Flexibilização das leis

Para alcançar o objetivo de se tornar donos absolutos das fontes naturais e da distribuição de água pelo mundo, as grandes empresas/corporações internacionais não medem esforços e interferem nas leis dos países, manipulando e chantageando as nações por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, para que o desejo da privatização da água se concretize. Querem instituir o mercado global da água, com governança internacional feita pelas empresas privadas capitalistas.

Também nesse aspecto, a ONU teve/tem o papel de legitimar as iniciativas pelo mundo, pois suas declarações, apesar de não terem força de lei, são orientações aos países signatários, e o Brasil é um deles. Em nosso país, a primeira legislação a incorporar a ideia de escassez e da água com valor econômico foi a Lei das Águas – Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Desse período adiante, foi sendo preparada uma gama de orientações, portarias, decretos, no país e nos estados, que orientam o uso das águas.

O que já avançou no Brasil para a privatização das águas é insuficiente aos olhos das empresas privadas. Assim, estão em tramitação, no Congresso Nacional, projetos de lei, como o do senador Tasso Jereissati, de nº 495/2017, que visa estabelecer escancarada e descaradamente o mercado das águas. O referido projeto de lei se baseia em modelos já implantados em países como o Chile, modelo esse que só confirma a concentração e exclusão da maioria da população pobre ao acesso à água, seja para questões básicas, como dessedentação, seja para a produção.

Quem propõe e faz essas leis? **A quem** essas leis servem? Elas legitimam **quais** interesses?

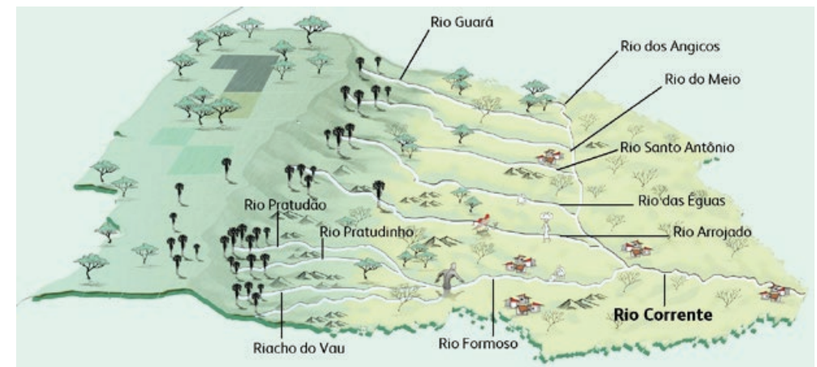
O povo tem que aceitar **INJUSTIÇA** só porque está na *lei?*

Quem fez a *lei*? Para quem fazem a lei? É para o ***povo***?

O que o ***POVO*** ganha com a **privatização** das águas?

O que o oeste da Bahia tem a ver com essa história?

Considerando o estado da Bahia, o oeste é umas das regiões mais ricas em água: concentra três grandes afluentes do rio São Francisco – rios Grande, Carinhanha e Corrente. Sem eles, o velho Chico teria grandes dificuldades em chegar à sua foz e distribuir vida pelo Nordeste brasileiro. Aqui há inúmeras veredas, nascentes, pequenos rios que compõem os rios já citados e muita terra para expansão da produção no viés capitalista de produção, por meio do agronegócio. As condições geográficas e hidrológicas são perfeitas para o plano de expansão capitalista. Há muita terra e muita água e eles querem se apropriar de tudo, mesmo que para isso seja preciso devastar todo o Cerrado, causando a morte de gente, de bicho, de rio, do meio ambiente...



Mapas: Leandro Caetano

O agronegócio explora as águas superficiais e subterrâneas, por meio de outorgas, liberadas pelos órgãos responsáveis às grandes empresas, com argumento de que estão dentro da legalidade – legalidade de leis construídas para facilitar a superexploração das águas até à última gota. As águas que escapam dos sanguessugas dos pivôs centrais correm o risco de ser encurraladas, represadas em diversos projetos de barragens previstos para a região.

As empresas exploram as águas por meio dos pivôs centrais, e o que sobra querem prender em barragens para produzir energia; uma vez feita a represa/barragem, as águas dos lagos ficam sob a guarda dos donos das obras. Barragem é a forma velada, um passo para apropriação privada pelas empresas das águas que deveriam ser do povo.

Você conhece algum riacho ou vereda que *SECOU*? **Quais**?

Você sabe ***quantos*** rios, córregos e veredas SECARAM em sua região nos últimos **30 anos**? Faça uma *pesquisa* em sua comunidade com as **pessoas mais velhas** para descobrir o que aconteceu.

O que fazer **COLETIVAMENTE** para recuperar essas fontes naturais de água?

4 GRILAGEM DAS ÁGUAS PELO AGRONEGÓCIO NA BACIA DO RIO CORRENTE

A discussão sobre o roubo de terras no Brasil, por meio da grilagem, é antiga e vem há muito tempo sendo denunciada. Grilagem é exclusão, morte de trabalhadores(as) e violações dos direitos humanos. Nessa questão, quando se pratica a grilagem de terras, também se pratica a grilagem das águas que compõem aquele território, naquela região.

Compreendendo a grilagem como roubo apropriação indevida/ilegal de terra, a grilagem da água se dá mesma forma. Quando os órgãos competentes autorizam outorgas para uso de água, em terras com títulos de origem fraudulenta, duvidosa... está se legitimando a grilagem e, por sua vez, regularizando a grilagem das águas. Às vezes, ocorre sem conhecimento dos órgãos; outras vezes, as ações ilegais têm o respaldo e recebem, depois do crime cometido, a legalização por parte desses mesmos órgãos. Os usos indevidos/intensos, com retirada de água são feitos tanto nos cursos superficiais quanto nas reservas subterrâneas.

A grilagem das águas é legalizada quando os representantes políticos fazem ajustes nas leis e normativas para favorecer os planos de expansão do agronegócio. As decisões políticas-econômicas migraram para o campo com desculpa de que são decisões técnicas! As definições não podem ser tomadas na esfera econômica, especulativa, e sim, na esfera política, com participação popular e definição coletiva, ouvindo, principalmente, as populações atingidas diretamente pelas medidas a serem tomadas.

Você acha que o povo deve ficar de ***BRAÇOS CRUZADOS*** vendo os rios **MORREREM**?

Está **certo** o que as empresas fazem? Elas usam as **TERRAS** e as **ÁGUAS** para ganharem muito dinheiro. Para *onde vai* esse dinheiro?

E **povo** da região como fica? O que ***você*** e sua ***comunidade*** devem fazer sobre isso?

Conflitos

São muitos os conflitos em torno das terras e das águas, na região. Além das grilagens, há projetos de barragens para produção de energia, como o caso da PCH Fazenda Diogo, na comunidade de Aldeia (Santa Maria da Vitória) e Jenipapo (Correntina) à beira do rio Corrente. Se as comunidades não tivessem resistido à construção, mais de 500 famílias seriam atingidas direta e indiretamente. Há o uso excessivo das águas da região pelas grandes empresas, os desmatamentos de Cerrado em grandes áreas que vêm, dia após dia, causando a morte dos rios, num processo lento, mas que é percebido pelas populações locais. Isso desperta e intensifica reações do povo da região.

Muitas ações de rua, ocupação de órgão públicos foram feitas por grupos organizados e com participação de diversas pessoas para denunciar os órgãos responsáveis e tratar sobre a situação e a preocupação com o futuro. Discutiram a grilagem, o desmatamento do Cerrado, as violações de direitos humanos, a superexploração das águas, todos esses crimes cometidos pelo agronegócio. As lutas são antigas, mas se tornaram mais regionalizadas e com caráter de enfrentamento e denúncia, sobretudo, em 2013, quando as audiências públicas para liberar a destruição de grandes áreas de Cerrado foram impedidas de acontecer pelo povo. Há também as ocupações do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), em 2015 e 2017, atos massivos de rua, sobretudo o que ocorreu em 2015, no qual mais de 6 mil pessoas foram às ruas da cidade de Correntina, exigir que cessassem as ações nefastas do agronegócio.

Os grandes projetos previstos para região vão **beneficiar** a *quem*?

QUEM vai **lucrar** fazendo barragens e aumentado a DEVASTAÇÃO do Cerrado/gerais?

As outorgas

As outorgas liberadas pelos órgãos competentes são as grandes responsáveis pelo uso indiscriminado das águas da região, seja das águas superficiais, seja das águas subterrâneas. Só em Correntina, até agosto de 2018 o Inema tinha registrado 32 autorizações para poços artesianos entre janeiro de 2016 dezembro de 2017, e 45 usuários outorgados para uso da água. Com fiscalização precária, ninguém garante se a realidade não é pior que esses números divulgados. Não há transparência sobre o que acontece na prática, pois não se divulgou onde estão essas liberações nem a quantidade de água que é retirada no total, e, principalmente: não há diagnóstico confiável sobre a real situação dos rios.

O que diz o povo?

O povo da região, os ribeirinhos, veem dia a dia as águas de seus rios, córregos, veredas, riachos baixarem; muitos já morreram, estão apenas na memória e saudade dos moradores. O povo afirma que, antes da instalação do agronegócio na região, nas décadas de 1970 e 1980, não se tinha notícias de mortes de veredas, riachos, nascentes de água. As mortes das fontes naturais de água são associadas pelos ribeirinhos à ação predatória do agronegócio que desmata o Cerrado e superexplora as águas que restam.

Negligência do estado?

Não há plano de bacia para o rio Corrente, conforme a Resolução nº 96/2014 que deveria estabelecer as diretrizes e os critérios para outorgas de uso de recursos hídricos no estado da Bahia. O Inema argumenta que utiliza o critério Q90, o qual analisa quanto de água há no rio em 90% do tempo. Mas esses dados não são seguros, pois se baseiam em médias antigas, com mais de dez anos de defasagem, num momento crítico em que os rios apresentam grande baixa no volume de água. No universo de 49 estações de medição, o Inema usa dados de apenas cinco estações.

Os dados dessas cinco estações não correspondem à real situação de todos os rios, em todo o seu percurso, pois trazem informações de rios específicos em pontos específicos, e ainda assim são utilizados universalmente para toda a bacia, como se todos os rios estivessem num mesmo patamar. O Comitê da Bacia do Rio Corrente e o Ministério Público Estadual, desde 2015, já fizeram recomendação ao Inema para que parasse a emissão de outorgas e que revisasse as que já foram concedidas até que se elaborasse o plano de bacia. Ao contrário do que se recomendou, as outorgas tanto para desmatamento quanto para exploração das águas continuam sendo liberadas indiscriminadamente.

Em sua **comunidade** passa algum **RIACHO** ou **RIO**? Como está situação das águas nele ***atualmente***?

Converse com alguém **mais velho** da *comunidade* para saber mais detalhes de como **era o rio** e como está **hoje**? Por que as águas estão **BAIXANDO**?

O que **VOCÊ** acha que dever ser feito para ***resolver*** essa disputa no uso das águas em **NOSSA** região?

5 O CONFLITO: CAMPONÊS VS. AGRONEGÓCIO – O CASO IGARASHI

O fato

No final do ano de 2017, Correntina, município que concentra a maior parte dos afluentes da bacia do rio Corrente, destacou-se no cenário nacional devido ao conflito entre camponeses ribeirinhos do rio Arrojado e fazendas do agronegócio. Trabalhadores camponeses, entre 600 a 1.000 pessoas, em 2 de novembro, ocuparam duas fazendas: Rio Claro do grupo Igarashi, e Curitiba, arrendada pelo mesmo grupo, no Distrito de Rosário, município de Correntina. Alvejaram estruturas, instalações, equipamentos de irrigação, postes de energia elétrica, máquinas agrícolas e atearam fogo em protesto contra a grande quantidade de água retirada do rio Arrojado, que colocava em risco a produção e a vida de todas as famílias ribeirinhas a jusante.

Conforme notícias divulgadas à época, os prejuízos da fazenda Igarashi foram cerca de R$ 50 milhões.[3] Além dos problemas com relação às terras e às águas na região oeste da Bahia, ocorre que o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) concedeu à Fazenda Igarashi, por meio da Portaria nº 9.159, de 27 de janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado uma vazão de 182.203 m^3/dia, durante 14 horas/dia, para a irrigação de 2.539,21 ha. Esse volume de água retirada equivale a mais de 106 milhões de litros diários, suficientes para abastecer, por dia, mais de 6,6 mil cisternas domésticas de 16.000 litros na região do Semiárido (VÁRIOS AUTORES, 2017). Esse volume de água daria para abastecer a população da sede do município de Correntina (mais de 12 mil habitantes), por mais de 30 dias, em que o consumo diário da população é de pouco mais de 3 milhões de litros.

3 Notícias Agrícolas (2017).

As consequências

Após a divulgação do fato, foram muitas as manifestações em apoio e contra a ação dos camponeses ribeirinhos. As organizações sociais populares e algumas personalidades públicas se colocaram em defesa dos atingidos pela grilagem das águas. As entidades e as personalidades representativas do agronegócio, os políticos que os representam e defendem suas bandeiras de morte classificaram a ação dos camponeses como terrorismo, caso de polícia, e cobraram ação efetiva contra os responsáveis.

O governo do estado, além de chamar os ribeirinhos de bando, atendeu prontamente às exigências do agronegócio e mandou um grande contingente policial para região, gerando insatisfação e indignação na população local e da região. Foi, então, que mais de 10 mil pessoas tomaram as ruas em manifestação pública, no dia 11 de novembro de 2017, em apoio aos ribeirinhos que executaram a ação na fazenda, de forma violenta, mas em legítima defesa do rio Arrojado.

Muitos trabalhadores foram intimados, e, segundo a comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, na condução do processo aconteceram inúmeras violações dos direitos humanos denunciadas pelos ribeirinhos, como o uso de força policial desmedida. A investigação instaurada não chegou a resultado concreto.[4] Quiseram individualizar uma ação feita coletivamente por uma massa de ribeirinhos que historicamente vem denunciando e resistindo ao agronegócio. O que ocorreu não foi caso de polícia – foi e é um problema socioambiental que precisa de mediação e afeta o povo da região há mais de 40 anos.

Um trabalho sério de verdade seria instaurar a Ação Discriminatória Administrativa Rural nas terras do município de Correntina e prender os grileiros, que roubam as terras, instalam-se na região, sugam as riquezas do povo em benefício próprio, destroem o Cerrado, ameaçam o povo, secam seus rios e acabam com suas águas.

Ação do povo

Em apoio aos camponeses, exigindo resposta do governo do estado e somando-se ao ato do dia 11 de novembro, foi realizado, no dia 1º de dezembro um ato público nas ruas da cidade, com participação massiva da população. Na sequência, fez-se uma audiência pública, convocada pelo Ministério Público Estadual, para discussão do problema com a população e com os órgãos competentes. Na ocasião, mais de cinco mil pessoas estiveram presentes. O ato contou ainda com participação de inúmeras comunidades e lideranças políticas locais. O governo do estado não compareceu.

4 Até a finalização do texto não se tinham tornado públicos os resultados da investigação. Não são conhecidos os desfechos.

Proposta do governo estadual

Depois desses acontecimentos, foram realizadas reuniões entre representantes do estado da Bahia, comunidades ribeirinhas e Fechos de Pasto da Beira do Arrojado e outros rios da região, abrindo diálogo, debatendo a situação. Nos encaminhamentos, o governo do estado se comprometeu a atuar em quatro eixos: Gestão Hídrica; Gestão Ambiental; Atividade Produtiva com Uso Eficiente da Água e Regularização Fundiária.

Dentre as ações propostas nesses eixos destacam-se o compromisso de: elaborar o Plano de Bacia do Rio Corrente; encaminhar a regularização fundiária das áreas coletiva e individuais que demandam o município, priorizando a bacia do rio Arrojado; regularizar todos os usuários de água da região, mapeando os usos, realizando cadastros dos grandes e pequenos proprietários; desenvolver assistência técnica específica aos pequenos produtores, sobretudo os da bacia do rio Arrojado, denominado de Aterágua; exigir implantação de medidores de uso de água aos usuários de outorgas; e implantar um sistema de medição da vazão dos rios que possibilitaria o acompanhamento em tempo real.

Os compromissos assumidos se encaminham, de forma lenta (demora que não se vê quando se trata de atender à demanda do agronegócio). Algumas ações têm gerado mais desconfiança nos camponeses, pois, passados quase quatro anos, os problemas persistem. O ponto mais crítico – a emissão de outorgas para uso de água e licenciamentos para destruir o Cerrado – continua ocorrendo como se nada tivesse acontecido.

O diálogo direto com as organizações sociais populares foi cessado e as medidas institucionalizadas via prefeitura e/ou órgãos públicos. O povo continua tendo suas necessidades ignoradas sem direito à participação direta, pois as decisões e os encaminhamentos continuam sendo tomados em negociações de gabinetes sem que se ouça a voz das populações atingidas.

Há uma decisão política e econômica (na Bahia, no Brasil e no mundo) de priorizar o modelo de produção e expansão do agronegócio. Se continua a destruição, no ritmo em que está, há sérios riscos de a região tornar-se um deserto e o povo sucumbir junto com o seu Cerrado e com seus rios.

Em sua comunidade há algum ***programa de incentivo*** à produção CAMPONESA e assistência técnica *específica*?

Há algum ***monitoramento constante*** de algum órgão sobre o uso e a exploração das águas pelos **GRANDES PRODUTORES**?

O que ***você*** acha que deve ser feito ***COLETIVAMENTE*** para resolver a situação?

6 O QUE PODEMOS APRENDER COM ESSA EXPERIÊNCIA?

- É dever de todo o povo da região se organizar e agir em defesa da sua riqueza maior, que são a terra e a água. A luta tem que estar nas mãos de muita gente. Todo mundo que bebe água deve discutir, entender e agir para chegar à solução do problema.

- O que tiver de ser feito tem que considerar o curto, o médio e o longo prazo. Sempre pensar: e depois, a gente faz o quê? O povo tem que ser igual a fogo de monturo – queimar por baixo, dia e noite. O processo tem que ser continuado, pois o inimigo é grande, forte e está em muitos lugares.

- Quem se isola, é esmagado! É preciso contar, denunciar os inimigos para muita gente e em todos os lugares. Buscar apoio. Formar um "feixe de vara" bem forte – uma vara sozinha é fácil de quebrar. Agir, pensar, fazer no coletivo, muita gente junta; é a única coisa de que eles têm medo!

- Proteger uns aos outros, o povo só conta com o povo! Ninguém deve soltar a mão de ninguém! Não aceitar nenhum arranhão no povo! É preciso sentir a dor do outro, sentir a dor de quem é perseguido, simplesmente porque defende os gerais, a água, a vida!

- Nem tudo que está na lei é justo, tem coisa que é legal, está na lei, mas não é legítima! Precisa mudar muita coisa. Se a gente deixar correr solto, é o mesmo que assinar sua sentença de morte. A lei do povo organizado tem que ser respeitada.

- A luta em defesa da água e da terra é justa! Legítima! Quando a lei não serve ao povo precisa ser mudada!

- É preciso continuar o processo de organização coletiva em associações, movimentos sociais, pressionando para que a voz do povo seja ouvida e atendida em suas propostas.

- A produção na agricultura deve ser diversificada, descentralizada, priorizando camponeses, pequenos produtores e comunidades tradicionais, com incentivos financeiros e tecnológicos, pois estes, historicamente, convivem com o Cerrado, protegendo-o e preservando-o.

7 SUGESTÕES DE VÍDEOS

- **A Sede do Capital (A luta pela água no oeste da Bahia)**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=YBLdwiCzk_c

- **Corrente das Águas: o vale em-Cerrado**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=krabfRX-Cgc&t=887s

- **Guerra e paz nos sertões do gerais**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=spxEo8-CSUo

- **Globo Rural – Canal do Rio Arrojado**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=Db0-YFkD_c4

- **Povo dos Gerais**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=rJA7q3wvddk

- **As Águas do Urucuia**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=JcXChnvunUI&t=26s

- **Gerações Geraizeiras**
  Disponível em:
  https://www.youtube.com/watch?v=gKXH06e3mEI&t=9s

A SEDE DO CAPITAL

GRILAGEM DAS TERRAS E ÁGUAS
NO TERRITÓRIO DA BACIA DO
RIO CORRENTE